

# **PROJETO DE LEI N.º 1.000, DE 2022**

(Do Sr. José Nelto)

Altera o inciso I, do art. 10, da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para reduzir a exigência do número de filhos vivos, de 2 para 1, na hipótese de esterilização voluntária.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE AO PL-14/2015.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL** Art. 137, caput - RICD

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. **JOSÉ NELTO**)

Altera o inciso I, do art. 10, da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para reduzir a exigência do número de filhos vivos, de 2 para 1, na hipótese de esterilização voluntária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I, do art. 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com um filho vivo, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto tem como intuito promover alteração no requisito referente ao número de filhos vivos para a realização de esterilização (laqueadura tubária ou vasectomia), sem outras modificações no corpo da referida Lei.

Como é de conhecimento público, o Brasil conta com milhões de crianças que foram abandonadas pelos seus pais e vivem nas ruas. E, durante a pandemia, esse número acabou por crescer.





Um levantamento realizado e publicado por veiculo de comunicação de grande circulação¹ dá conta de que houve um crescimento de até 80% (oitenta por cento).

Ademais, existem cerca de 34 mil crianças acolhidas em instituições ou famílias temporárias e que estão aguardando adoção<sup>2</sup>.

Deste modo, não nos parecer razoável exigir que, em um país onde há um grande número de crianças abandonadas, o interessado que demonstre não ter condições e nem interesse em ter mais de 1 (um) filho seja obrigado a fazê-lo para, somente então, lhe ser autorizada a realização de esterilização.

Diante disso, é de suma importância que haja uma alteração no referido pré-requisito necessário para a realização de vasectomia e/ou laqueadura, visando diminuir número de abandonos e de violência cometidos contra a vida de crianças e até mesmo recém nascidos. Nosso objetivo é fornecer a liberdade em relação ao planejamento familiar, e da paternidade/maternidade responsável, é a livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Assim, rogo aos pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado **JOSÉ NELTO** (PP/GO)



<sup>1</sup> https://istoe.com.br/numero-de-criancas-abandonadas-durante-a-pandemia-cresce-em-80/2 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/22/dia-da-adocao-brasil-tem-34-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigos

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

## **LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996**

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

| O PRESIDENTE DA REPÚBLICA<br>Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:   |
|--|
| CAPÍTULO I<br>DO PLANEJAMENTO FAMILIAR   |
| Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações:  I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;  II - risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro concepto, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos.  § 1º É condição para que se realize a esterilização o registro de expressa manifestação da vontade em documento escrito e firmado, após a informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes.  § 2º É vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores.  § 3º Não será considerada a manifestação de vontade, na forma do § 1º, expressa durante ocorrência de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente.  § 4º A esterilização cirúrgica como método contraceptivo somente será executada através da laqueadura tubária, vasectomia ou de outro método cientificamente aceito, sendo vedada através da histerectomia e ooforectomia.  § 5º Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.  § 6º A esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da Lei. (Artigo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, em 20/8/1997) |
| Art. 11. Toda esterilização cirúrgica será objeto de notificação compulsória à direção do Sistema Único de Saúde. (Artigo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, em 20/8/1997)   |
|  |

FIM DO DOCUMENTO